

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.359.564 - RS (2018/0229687-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : PAULA MALTZ NAHON E OUTRO(S) - RS051657
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN E OUTRO(S) - RS044046
CARLOS EDUARDO NETTO COSTA E OUTRO(S) - RS075325
JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS081775
DÉBORA MARCELO ALEXANDRE E OUTRO(S) - RS101112
AGRAVADO : JOÃO BATISTA LISOTT
ADVOGADOS : AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN E OUTRO(S) - RS028958
MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS0045143

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÕES DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS FIXADOS PELO JUÍZO RECUPERACIONAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ.
AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA COMPANHIA EXECUTADA. LEVANTAMENTO DE VALORES. HIPÓTESE EM QUE A ORDEM DE SOBRESTAMENTO FOI EXCEPCIONADA.

1. A suspensão das execuções contra a companhia em recuperação não alcança os valores espontaneamente depositados antes de 21/06/2016, com a finalidade de

pagamento, bem como os valores objeto de constrição judicial cuja discussão da matéria tenha se esgotado, seja pelo trânsito em julgado dos embargos à execução, seja pela preclusão da decisão da impugnação, antes de 21/06/2016, consoante o acórdão proferido no agravo de instrumento nº. 0034576-58.2016.8.19.0000, pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no âmbito do processo de recuperação judicial da companhia executada.

Havendo a penhora dos valores postulados, bem como o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença antes de 21 de junho de 2016, é possível o levantamento.

2. Caso em que o trânsito em julgado da impugnação e a penhora ocorreram antes de junho de 2016 e que eventual substituição da penhora não desnatura o comprometimento patrimonial que lhe foi anterior.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (fl. e-STJ 488)

Opostos embargos de declaração, restaram desacolhidos.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 503-515), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, II, do CPC/2015 e 49 da Lei nº 11.101/2005.

Alega negativa de prestação jurisdicional por omissão sob a alegação de que todos os créditos cujo fato gerador seja anterior a 20.6.2016, deveriam ser pagos na forma prevista no plano de recuperação judicial, devidamente aprovado pela assembleia de credores (e-STJ fl. 510).

Defende não ser possível, em razão da aprovação do plano de recuperação judicial, que execuções individuais possam prosseguir com atos de constrição pelos mais diversos juízos singulares, desconsiderando a competência absoluta do juízo recuperacional para acompanhar e decidir sobre a quitação dos créditos.

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Quanto à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil,

constata-se que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide **com fundamentação suficiente a controvérsia**.

A pretensão recursal, em verdade, traduz-se em **inconformismo** com a decisão posta. Amolda-se à espécie, pois, o entendimento pretoriano consolidado quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

2. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não se configura ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.

3. (...)

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1265516/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010, grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. MULTA ADMINISTRATIVA. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente, tampouco se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da

parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

2. [...]

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1036898/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

No que tange à violação do art. 49 da Lei nº 11.101/05, o inconformismo mais uma vez não prospera.

Na espécie, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pelo preenchimento dos requisitos para liberação dos valores em favor da parte ora agravada, conforme determinado pelo juízo da recuperação judicial, com a seguinte fundamentação:

No caso, a penhora ocorreu em dezembro de 2010, conforme se infere do documento de fl. 313. O trânsito em julgado da decisão que resolveu a impugnação ao cumprimento de sentença deu-se em novembro de 2012, conforme se infere do documento de fl. 118.

Assim, o caso se amolda à hipótese autorizativa da liberação de valores depositados, delimitada pelo acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº 0034576-58.2016.8.19.0000, pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. E, portanto, a demanda não foi alcançada pela ordem de suspensão.

Consigne-se que o fato de o bloqueio noticiado à fl. 335 dos autos ter ocorrido em fevereiro de 2017 não altera a ocorrência da constrição em dezembro de 2010. A situação de constrição (e comprometimento) patrimonial já estava consolidada desde então. O Agravante foi instado pelo Juízo a manifestar-se sobre interesse na substituição em julho de 2015 (fl. 326), tendo se manifestado positivamente em outubro de 2015 (fl. 329). (e-STJ fls. 461-462 g.n.)

Desse modo, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

Superior Tribunal de Justiça

No mesmo sentido: AREsp nº 1.446.413-RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, in DJ 22.04.2019; e, AREsp nº 1.352.965-RS, Rel. Ministro Raul Araújo, in DJ 03.06.2019.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE provimento.

Advirta-se que *"não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários"* (**AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016**).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator